

Lula usa máquina em favor de Pacheco, que derrota bolsonarista no Senado

— Atual presidente da Casa vence Marinho por 49 votos a 32; para conter dissidências, Planalto prometeu a partidos aliados diretorias de autarquias, estatais e bancos públicos

VERA ROSA
DANIEL WETERMAN
VINICIUS VALFRE
BRASÍLIA

Em uma disputa acirrada, que levou o Palácio do Planalto à mesa de negociação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi reeleito para novo mandato à frente da Casa no biênio 2023-2024. Com 49 votos, Pacheco derrotou o ex-ministro do governo Jair Bolsonaro Rogério Marinho (PL-RN), que ficou com 32.

Na tentativa de conter dissidências na base aliada e garantir voto em Pacheco, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ao União Brasil, ao MDB e até ao PSD — que já têm três ministérios cada — diretorias de autarquias, estatais e bancos públicos nos Estados. A estratégia barrou a chegada de um bolsonarista ao comando de um dos três Poderes, já que o presidente do Senado é também o chefe do Congresso.

O triunfo de Pacheco significa uma vitória para o governo, que o apoiou, mas o PT passou por apuros. Marinho contava com o aval do Centrão, do ex-presidente Bolsonaro e chegou a ameaçar o senador mineiro.

O placar da votação também revelou que Lula contará com uma base de sustentação apertada no Senado para aprovar reformas. O grupo de Marinho e até mesmo aqueles que se movimentaram para traír Pacheco mostraram ao Planalto que Lula enfrentará dificuldades para aprovar, por exemplo, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Votações como essa exigem 308 votos na Câmara e 49 no Senado.

Pacheco passou pelo teste político justamente com esse patamar, oito votos a mais do que o mínimo necessário para vencer no primeiro turno. A poucos metros do Salão Azul do Senado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), obteve uma vitória acachapante, com 464 votos, reforçando o poder do Centrão (mais informações na página ao lado).

Lula telefonou tanto para Lira como para Pacheco e os cumprimentou. O presidente tentará aprovar ainda neste ano uma reforma tributária e uma nova âncora fiscal, duas pautas que



Rodrigo Pacheco (à esquerda de Flávio Dino) cumprimenta senadores após resultado; reeleição foi consolidada após atuação do Planalto

PLACAR

Senado



Câmara



DOS 513 DEPUTADOS, 509 VOTARAM

FONTES: SENADO E CÂMARA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

dependem de PEC e são consideradas fundamentais para o equilíbrio das contas públicas.

BARGANHA. Diante desse cenário, tudo indica que o governo terá de entrar em nova barganha política. Na Câmara, Lula ficará refém do Centrão e deve ter uma oposição forte em um Senado com perfil conservador. Dos 81 senadores, 32 preferiram ir contra Pacheco e o PT.

Até agora, na lista de cargos prometidos pelo governo a aliados nos Estados estão diretorias do Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, superintendências da Sudam, Sudene e Suframa, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e até do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), conhecida como “estatal do Centrão”, deve ficar com o União Brasil.

Na prática, a disputa entre Pacheco e Marinho ganhou contornos de terceiro turno entre Lula e Bolsonaro, principalmente nas redes sociais. O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) desistiu do páreo pouco antes da votação e anunciou apoio a Marinho, ex-ministro

do Desenvolvimento Regional.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro desembarcou ontem no Senado para pedir votos em Marinho. Em conversas reservadas, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também entraram em campo, mas para solicitar respaldo a Pacheco. Estavam preocupados com o ressurgimento de pautas bolsonaristas, caso Marinho ganhasse, como a defesa do impeachment de ministros da Corte e da criação de uma CPI para investigar o que aliados do ex-presidente chamam de “abusos” do Poder Judiciário.

“A polarização tóxica precisa ser erradicada”

“Brasileiros precisam voltar a divergir civilizadamente”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente reeleito do Senado

mento de pautas bolsonaristas, caso Marinho ganhasse, como a defesa do impeachment de ministros da Corte e da criação de uma CPI para investigar o que aliados do ex-presidente chamam de “abusos” do Poder Judiciário.

POLARIZAÇÃO. Três semanas depois dos atos golpistas que depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo, a campanha no Senado escancarou o clima de radicaliza-

ção no País (mais informações na pág. A8). Após ser reeleito, Pacheco pregou a “pacificação”, mas ressaltou que isso não significava leniência com vandalismo.

“A polarização tóxica precisa ser erradicada de nosso país. Acontecimentos como os ocorridos aqui neste Congresso Nacional e na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, não podem, e não vão, se repetir”, discursou o presidente do Senado. “Os brasileiros precisam voltar a divergir civilizadamente, precisam reconhecer com absoluta sobriedade quando derrotados e precisam respeitar a autoridade das instituições públicas.”

Ao lembrar que foi muito atacado pelo “gabinete do ódio” nas mídias digitais, o presidente do Senado defendeu a regulamentação das redes, sob o argumento de que elas não podem ser “terra sem lei”.

Marinho criticou a manutenção do grupo de Pacheco no poder e fez uma referência indireta ao senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e fiador político do presidente do Senado. “Repetir os mesmos métodos e esperar resultados diferentes é, no mínimo, irracional”, disse. ●

Lira conquista votação recorde na Câmara e acentua poder do Centrão



Arthur Lira (ao centro) é cumprimentado após ser reeleito à presidência da Câmara; aliados do deputado ganham mais poder na Casa

Dos 513 deputados, 464 escolheram o alagoano, que deu ao bloco de partidos os principais postos de comando da Casa

LEVY TELES
FELIPE FRAZÃO
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi reeleito ontem para mais dois anos no cargo com a maior vantagem de votos na história desde a promulgação da Constituição de 1988. Dos 513 deputados, 464 escolheram Lira, que assume a condição de principal força po-

lítica no Congresso com quem o governo Luiz Inácio Lula da Silva terá de manter diálogo. Empoderado, o político alagoano deu ao Centrão os principais postos de comando da Casa.

Na votação, o reeleito superou os 434 votos obtidos tanto por Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), em 1991, como por João Paulo Cunha (PT-SP), em 2003. Como mostrou o *Estadão*, Lira usou o cargo para distribuir recursos e benesses aos colegas. Só em benefícios foram R\$ 70 milhões, incluindo até mesmo aumento na ajuda de custo para deputado pagar aluguel em Brasília.

Sem o orçamento secreto, mecanismo de distribuição de recursos públicos sem transparência que foi declarado in-

“Essa Casa não acolherá, defenderá ou referendará nenhum ato, discurso ou manifestação que atente contra a democracia”

Arthur Lira (Progressistas-AL)
Presidente reeleito da Câmara

constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Lira foi pressionado pelo baixo clero para garantir privilégios aos parlamentares.

No discurso de vitória, Lira defendeu punição aos extremistas que invadiram e depredaram o Congresso, o Palácio do Planalto e o Supremo em 8 de janeiro. Em contraposição ao discurso bolsonarista de de-

fender intervenção militar, disse que quem faz o “poder moderador” na democracia é o Congresso Nacional.

“Essa Casa não acolherá, defenderá ou referendará nenhum ato, discurso ou manifestação que atente contra a democracia. Quem assim atuar terá a repulsa deste Parlamento, a rejeição do povo brasileiro e os rigores da lei”, disse Lira.

Ele também fez críticas à Operação Lava Jato. “Todos precisamos fazer uma auto-crítica, o processo de criminalização da política iniciada há quase uma década abalou a representatividade das instituições”, disse. “Empresas foram destruídas, empregos foram ceifados, reputações jogadas na lata do lixo.”

ALIADOS. Na chapa que montou para dirigir a Câmara, Lira deu mais protagonismo a seus aliados mais próximos. O Republicano e o União Brasil acumularam a vice-presidência e a primeira-secretaria – que controla as despesas da Câmara –, com os presidentes nacionais das legendas, Marcos Pereira (SP) e Luciano Bivar (PE), respectivamente.

O PT tem a deputada Maria do Rosário (PT-RS) na segunda-secretaria, uma vaga de menor importância, cargo que já ocupava durante o governo Jair Bolsonaro. O atual presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ficou com a segunda-vice-presidência. Dois deputados do Centrão, Júlio César (PSD-PI) e Lucio Mosquini (MDB-RO), ocupam a terceira e quarta secretarias.

BARGANHA. O amplo apoio político significa mais poder de barganha para Lira, que terá o Centrão nas negociações com Lula, em troca da aprovação de projetos de interesse do governo. O governo vinha segurando as nomeações de apadrinhados por políticos à espera do resultado da eleição no Congresso. Lira agora será um dos principais interlocutores junto ao governo na indicação de cargos no Executivo.

Em 2021, o presidente da Câmara teve 302 votos e o apoio de 11 legendas. Na época, Lira recebeu o apoio de Bolsonaro. Durante todo o governo, foi considerado um aliado, mas não aderiu à tentativa de implementar o voto impresso na eleição de 2022. Como revelou o *Estadão*, o presidente da Câmara chegou a receber recado de militares de que não haveria eleição se o Congresso não aprovasse a votação em papel. Lira não aceitou o ultimato e avisou Bolsonaro disso.

Lira é o quarto presidente da Câmara a ultrapassar a marca de 400 votos — além de Ibsen e Cunha, Michel Temer alcançou os 422 votos, em 1999. ●

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 6 + 7